



GRUPO PARLAMENTAR

Exmo. Senhor

Deputado Firmino Marques

M.I. Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude
e Desporto

Senhor Presidente,

Na sequência do agravamento das condições sanitárias, o Governo decretou a suspensão das atividades letivas e não letivas pelo período de 15 dias, a partir do dia 22 de janeiro e, pelo menos, até ao dia 5 de fevereiro de 2021.

O confinamento da comunidade escolar e a interrupção das aulas presenciais não foi de imediato colmatada, contrariamente ao que seria expectável e ao que foi prometido, com o ensino à distância, mas com umas férias «forçadas» que ditarão o reajustamento do calendário escolar. Ao que parece, e segundo várias notícias de hoje, «para que as escolas possam preparar as aulas on-line.»

Ora, em maio de 2020 o Ministro da Educação, em entrevista ao Público, tinha plena consciência de que tal pudesse vir a acontecer ao afirmar que:

“Temos de nos preparar para em setembro — ou não em setembro, mas se calhar em outubro, ou novembro — termos o que os ingleses designam por ‘b-learning’, uma conjugação entre ensino à distância e ensino presencial”.

Oito meses depois, o país deveria estar preparado para enfrentar o cenário possível e provável de um novo confinamento forçado da comunidade escolar. Mas, ao que parece, não está. Os Diretores das escolas queixam-se da falta de 300 mil computadores e de técnicos de informática. A capacitação dos docentes em ferramentas digitais ainda não teve início. A produção de conteúdos específicos e de ferramentas adicionais para o acompanhamento dos alunos não saiu do papel. Um conjunto de bloqueios e falhas estruturais e graves que não poderão ser contornadas ou resolvidas em apenas duas semanas.

A pergunta que o Grupo Parlamentar faz é a mesma que todos os diretores, os professores, os alunos e toda a comunidade educativa se colocam é o que é vai acontecer a partir do dia 5 de fevereiro se o confinamento se mantiver?

Qual o plano do governo para que as escolas garantam o ensino a todos os alunos e ninguém fique para trás?

Nesta conformidade, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a audição com a maior urgência possível do



GRUPO PARLAMENTAR

Ministro da Educação pela Comissão de Educação, Ciência, Desporto e Juventude.

Assembleia da República, 25 de janeiro de 2021

Os Deputados,
Luís Leite Ramos
Cláudia André
António Cunha